



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 26736 - DF (2020/0205522-1)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
REQUERENTE : JORGE SALVADOR
ADVOGADO : CAIO VINÍCIUS MATHIAS MANES - SP375951
REQUERIDO : UNIÃO
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

DECISÃO

Trata-se de petição do impetrante, requerendo a intimação da parte coatora, com urgência, para que esta demonstre "as providências tomadas para efetivar o cumprimento da ordem" (e-STJ fl. 399), haja vista tratar-se pessoa idosa e em tratamento médico.

É o relato do necessário. Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que, por ocasião da decisão de e-STJ fls. 392-395, a segurança foi concedida em favor do impetrante, para anular o ato de notificação, bem como todos os atos que se lhe seguiram, com o imediato restabelecimento da eficácia da Portaria declaratória de anistiado político.

Consta, à e-STJ fl. 396, que, no dia 24/6/2021, foi encaminhado ofício ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo a decisão sido publicada no dia 25/6/2021.

Nesse contexto, os argumentos deduzidos pela peticionante e a própria medida vindicada não configura a necessidade concreta e urgente de intervenção judicial, a ponto de autorizar a atuação em regime de plantão.

Ante o exposto, **indefiro o pedido** de e-STJ fl. 399, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência